

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

CONSELHO EDITORIAL

J. A. do Nascimento Brito
Presidente

Wilson Figueiredo
Vice-Presidente

REDAÇÃO

Mario Sergio Conti
Diretor

Flávio Pinheiro
Diretor-Adjunto

Maurício Dias
Editor

Desafio Social

Vêm surgindo nos centros de pesquisa e no meio acadêmico várias contribuições ao debate sobre os indicadores de pobreza no Brasil. Recentemente, o professor da Fundação Getúlio Vargas, Marcelo Néri, divulgou projeções pelas quais seria possível minorar a exclusão social se cada um dos 110 milhões de brasileiro acima da linha da pobreza abrisse mão de R\$ 14,04 por mês. Foram consideradas excluídos os 50 milhões de pessoas que recebem até R\$ 80,00 mensais. Ontem, veio à luz outro trabalho, *A Construção de uma Linha de Riqueza a partir da Linha da Pobreza*, do professor Marcelo Medeiros, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Conclusão polêmica: as famílias brasileiras com rendimentos mensais acima de R\$ 8.518,04 são ricas. Das devem vir os recursos necessários para combater a miséria. Segundo Medeiros, considerando famílias de quatro pessoas, a linha de riqueza média seria de R\$ 2.129,51. Qualquer coisa acima disso deveria ser distribuído aos pobres.

O pesquisador do Ipea ressalva que a solução – de distribuição direta de renda ao estilo Robin Hood – é de caráter meramente especulativo. Medeiros reconhece que o estudo “é um exercício teórico que servirá de base ao desenvolvimento de novos trabalhos para a formulação de sugestões de políticas de combate à pobreza”. Apesar da ressalva, o trabalho abre o flanco ao não considerar a existência de mecanismos tradicionais, como o Imposto de Renda. Ao comentar o estudo, o economista Carlos Thadeu de Freitas Gomes destaca que o governo já leva cerca de 30% do seu salário com o pagamento de impostos, taxas públicas e contas de energia, telefonia e gasolina. Ex-diretor do Banco Central, com quatro filhos e renda mensal de R\$ 9 mil, Carlos Thadeu fulmina a sugestão de Medeiros: “Não condiz com a realidade.

Não é possível fazer distribuição de renda assim”.

A doação de R\$ 14,04 para acabar com a exclusão social também não resistiu à lógica. Que progresso significaria uma renda mensal de R\$ 94,04 no lugar de R\$ 84,00? Os pobres também seriam descontados em R\$ 14,04? Na mesma linha especulativa, economistas do PT, preocupados com a pobreza absoluta, levaram a sério a sugestão de criar um imposto sobre contas de restaurante. Além dos 10% dos garçons, a despesa final incluiria 5% destinados ao fundo distributivista. Sem titubear, Lula apressou-se a desautorizar a idéia mirabolante. No momento, o deputado Pedro Novaes (PMDB-MA) está submetendo à Comissão de Finanças e Tributação da Câmara projeto de sua autoria que eleva de 27,5% para 35% a alíquota do IR que incide nos ganhos mensais acima de R\$ 4 mil. Eis um critério de linha de riqueza ainda mais rígido e inflexível.

Que existe concentração de renda no Brasil não é segredo para ninguém. O padrão se assemelha ao de países da África ou do Caribe. São motivo de vergonha. O governo Fernando Henrique admite que cerca de 35 milhões de brasileiros vivem em estado de indigência. Porém, não há soluções fáceis ou ligeiras para a dívida social. Os níveis de exclusão só serão reduzidos com políticas públicas realistas e consistentes. Este é o grande desafio das primeiras décadas do século 21 e certamente será o tema central durante a campanha eleitoral do ano que vem. Por políticas públicas entenda-se investimentos em educação, saúde, habitação e saneamento básico. Também são vitais programas de emprego e renda. Toda contribuição para reduzir o fosso entre ricos e pobres é válida. Mas sem esquecer que o Brasil é bem mais complexo do que a lendária Inglaterra de Robin Hood e Lady Marion.